



CARTA A SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO COM DEMANDAS E PROPOSIÇÕES SOBRE A COVID 19

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Saúde Estado de Pernambuco

André Longo

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco é uma organização sem fins lucrativos e sem filiação partidária, composta por mulheres negras de diferentes faixas etárias, graus de escolaridade, ocupações profissionais e perfis de renda, totalizando cerca de 100 componentes, distribuídas em Núcleos nas quatro grandes regiões do Estado (Sertão, Zona da Mata, Agreste e Região Metropolitana). Tem como objetivo central o combate ao racismo e ao sexismo e promove iniciativas de valorização da presença e da contribuição das mulheres negras em todas as esferas da sociedade, além de atividades de formação e de incidência política.

A Rede é hoje parte integrante do Núcleo Gestor da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), tendo portanto, atuação em nível estadual, regional e nacional. A Rede tem investido em ações de mobilização, convocação e visibilização, além de atividades de formação sócio-política, para aglutinar as mulheres negras em torno de uma agenda de incidência política em defesa dos direitos e contra todas as formas de discriminação e violência.

Preocupadas com a realidade de vulnerabilidade da população negra, mais especificamente das mulheres negras e quilombolas do Estado de Pernambuco, trazemos neste documento algumas reflexões, recomendações e demandas para mitigar o alastramento do coronavírus, buscando impedir mais mortes no seio da população negra.

A defesa do SUS é uma bandeira histórica do movimento de mulheres negras. Sempre nos posicionamos contrárias ao incentivo à adesão aos planos de saúde, ao sucateamento dos hospitais e demais unidades de saúde, às privatizações que os governos estaduais e municipais tem promovido ao longo dos últimos anos. Essas medidas de desmantelamento do SUS e fomento à saúde privada retiram da população negra o que a Constituição lhe garante como direito básico, que é o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade.

Concretamente, negros e brancos não são afetados do mesmo modo pelos riscos, pelas ações de prevenção e pelo atendimento oferecido pelo sistema de saúde. As ações implementadas para enfrentar a pandemia não alcançam de fato, a maioria da população negra, indígena, quilombola e das grandes periferias, pois, sem saneamento básico, sem acesso regular a água potável, moradia digna, condições de trabalho dignas, inúmeras famílias não atenderão ao direcionamento “Fique em Casa”. Ainda que esse direcionamento tenha se transformado no “Fique em Casa se Puder”, sabemos que isso não basta, pois essas famílias necessitam sair de casa para garantir seu sustento, necessidades tão básicas como alimentação diária, portanto, esses grupos estão sendo atingidos cada vez mais, como expressam os índices de contaminação e morte no nosso Estado.



Temos vistos nas mídias que as pessoas recuperadas da COVID-19 são de pele clara. Até o momento não vimos pessoas negras sendo apresentadas como “livres” desta doença. O que significa isso?

Reconhecemos que os esforços do Governo do Estado estão sendo bem direcionados, mas as desigualdades geradas pelo racismo, pelo sexismo e pelas disparidades de classe demarcam situações muito desiguais, para diferentes segmentos da nossa sociedade.

Os dados apresentados pela Secretaria de Saúde do estado diariamente não trazem o corte racial, e isso não é admissível, tendo em vista que o quesito raça/cor já foi implementado na maioria dos formulários do SUS há mais de dez anos. É necessário e a população como um todo tem direito de saber quantas pessoas negras, brancas e indígenas estão infectadas ou morreram pela ação do vírus.

Sendo assim, **trazemos aqui nossas demandas e proposições**, como mulheres negras, para que o Estado faça os devidos ajustes em suas medidas, com vistas a atender de forma justa as necessidades da população negra, frente ao duro contexto que estamos vivenciando com essa pandemia:

- Divulgação de boletins, notas e outros documentos oficiais que apresentem estatísticas com dados desagregados pela variável raça/cor;
- Divulgação de boletins, notas e outros documentos oficiais que apresentem estatísticas com dados desagregados por esta variável;
- A divulgação de dados desagregados por raça/cor nos painéis de monitoramento, boletins epidemiológicos, notas técnicas, bem como, em todos os demais documentos oficiais que versem sobre o perfil epidemiológico da COVID-19.S
- Inclusão de outras comorbidades com grande incidência na população negra como as doenças hematológicas crônicas, a saber, doença falciforme e a obesidade, por exemplo;
- Orientação a Secretaria de Estadual de Saúde para a inclusão da variável raça/cor sem o campo "ignorado" para potencializar o registro das categorias de raça/cor nos instrumentos de coleta de dados com vistas a informação em saúde;
- Que os Quilombos, as Comunidades Tradicionais e os Povos Indígenas sejam protegidos da infecção do Coronavírus, com medidas especiais, a exemplo de acesso a recursos para alimentação, acesso a água potável, produtos de higiene, serviços de saúde adequados e adaptados às suas realidades. É preciso assegurar a presença de profissionais de saúde, em especial médicas(os) e agentes comunitárias(os) de saúde nas comunidades rurais, quilombolas, indígenas e tradicionais.

Saudações Cordiais.

Rede de Mulheres Negras de Pernambuco